

Ficha Técnica

Relatório e Contas da Associação das Escolas Jesus, Maria, José (normalmente designada por Associação do Monte Pedral) referente ao ano 2025. Instituição Particular de Solidariedade Social constituída sob a forma de Associação de Direito Privado, constituída a 18 de dezembro de 1902 | Número de Associados 140. Membros dos Órgãos Sociais 11, sedeada na Rua Padre José Pacheco do Monte, n.º 259; 4250-256 Porto, sítio em www.monte-pedral.pt, NIPC 501327479, contato telefónico 228 318 554, correio eletrónico info@monte-pedral.pt. Responsável pela Contabilidade Organizada Cálculo 3S Unipessoal, Lda., TOC Dr. Ernão Ricon Peres, sítio em www.calculo3s.org, NIPC 510159842, correio eletrónico geral@calculo3s.org, telefone 228317 497. Elaborado em março do ano 2026.

Mensagem da Direção

Em dezembro de 2025 foram eleitos os novos órgãos sociais da Instituição para o quadriénio 2026/2029 e foram empossados pela Senhora Presidente da Assembleia Geral a 31/01/2026. O ano de 2025 foi mais um ano de muita instabilidade política, económica e social com reflexos na vida de todos – não só em Portugal mas em todo o mundo – e na vida da Associação do Monte Pedral mas, apesar disso, cumpriram-se todas as atividades e objetivos definidos na sua generalidade e concluíram-se alguns que transitaram de anos anteriores. Apesar deste ambiente ter efeitos de substancial agravamento dos preços e conseqüente aumento das custos de gestão, as tentativas de recuperação e também de estabilização económica e financeira que foram levadas a cabo não surtiram o efeito positivo desejado, como se poderá constatar no presente Relatório e Contas, mas esperamos que o ano 2026 seja, finalmente, o ano dessa concretização. A missão não é fácil, mas acreditamos que vai ser possível! A Direção – agora renovada, jovem e composta na sua totalidade por ex-alunos desta Instituição – assumiu o compromisso de honrar um passado de 124 anos de apoio à família e preparar um futuro sustentável “fazendo do nosso tempo, o tempo para os outros” porque ajudar, faz bem!

Sobre a vida e gestão da Instituição

De portas abertas à cooperação com a comunidade e com “todos, todos, todos” em 2025 recebemos muitas ilustres visitas destacando a do Senhor Bispo Auxiliar do Porto Dom Joaquim Dionísio, do ex- Pároco Padre Nuno Borges de Pinho, do Presidente da Autarquia Dr. Pedro Duarte, do Provedor da Misericórdia do Porto Dr. António Tavares, da Vereadora da Autarquia Dr.ª Gabriela Queirós, do Bispo da Igreja Evangélica Metodista Dom Sifredo Teixeira e do Juiz-Presidente da Irmandade dos Clérigos Padre Manuel Fernando; foram também realizadas várias atividades sócio culturais e religiosas nos espaços que administramos para os utentes e para toda a comunidade em geral destacando-se o apoio e presença da Academia de Música de Costa Cabral, da Banda do Comando Metropolitano do Porto da Polícia de Segurança Pública, da Junta de Freguesia de Paranhos e do Ecónomo Diocesano Padre Samuel Guedes. Foram adquiridas duas novas viaturas automóveis elétricas (DACIA SPRING) para o serviço das respostas sociais pelo valor de 27.473,24 euros que tiveram apoio do Orçamento Colaborativo da Freguesia de Paranhos no valor de 24.300,00 euros; com o apoio do PRR Mobilidade Verde foi também adquirida uma viatura automóvel elétrica nova e adaptada (CITROEN E-C3) pelo valor de 26.074,49 euros (candidatura até 25.000 euros + Iva); realizaram-se importantes (e obrigatórias por lei) obras e intervenções que dotaram as instalações do Centro Comunitário de meios de segurança, prevenção e combate a incêndios (cerca de 3.500 euros), restauro do pavimento deteriorado da copa e cozinha (cerca de 2.000 euros) e outras obras de conservação e reparações automóveis derivadas de acidentes de

viação (cerca de 4.500 euros). Em julho de 2025 o pintor português António Bessa ofereceu à Associação do Monte Pedral uma tela de grandes dimensões da sua autoria que retrata Jesus crucificado, a Capela do Monte Pedral, o Centro Comunitário, as professoras religiosas e alunos e que titulamos de "O Mestre do Monte Pedral"; com a devida autorização, foi colocada - até ordem em contrário - na entrada da Capela Diocesano do Monte Pedral para veneração dos fiéis.

A frequência de utentes da **resposta social Centro de Dia** variou muito ao longo do ano de 2025, por via de ausências prolongadas devido a doença, falecimentos e alterações de vida familiar, tendo-se verificado uma média mensal de 55-56 utentes constatando-se uma dificuldade em atingir o máximo da capacidade instalada (60). Também a frequência de utentes na **resposta social Apoio Domiciliário** variou muito ao longo do ano tendo no último semestre uma média de 15-16 utentes por via da sua sazonalidade e, por isso, contactou-se também uma dificuldade em atingir o máximo da sua capacidade instalada (18); estas situações refletiram-se num decréscimo significativo não só dos valores recebidos por via dos Acordos de Cooperação com o Instituto de Segurança Social mas também por via dos valores das participações pagas pelos utentes ou familiares.

No que diz respeito ao **Programa de Emergência Alimentar ou Cantina Social** o Acordo/Contrato com o ISS, IP foi renovado e atualizado para 44 refeições/dia, no entanto servimos uma média de 48 a 50 refeições diárias.

Em termos de **recursos humanos** e ordenados é oportuno observar a variação média ao longo dos últimos anos e onde se inclui o ano em curso, tendo por referência o mês de janeiro:

ANO	TRABALHADORES AO SERVIÇO	SMN LEGAL	SMN FIXADO	TOTAL MENSAL SALÁRIOS
2023	17	760,00	790,00	12.540 euros
2024	16	820,00	840,00	13.310 euros
2025	16	870,00	890,00	14.060 euros
2026	16	920,00	940,00	14.830 euros

Neste capítulo, o bem mais precioso da instituição, a Direção reconhece o espírito de equipa de todos os colaboradores e agradece o ajudar e fazer bem, bem como à equipa de voluntariado que estiveram sempre disponíveis para as adaptações que foi necessário implementar e que, algumas, serão desenvolvidas ainda durante o ano 2026; continuamos, neste momento, com o quadro de pessoal estabilizado de 16 trabalhadores (1 Diretor Executivo, 1 Diretora Técnica, 1 Administrativa, 1 Animadora Cultural, 4 Auxiliares de Ação Direta, 8 Auxiliares Gerais de Serviço sendo destes 2 a tempo parcial).

Sobre os Resultados Financeiros

A Direção agradece a disponibilidade e solicitude do Gabinete de Contabilidade Cálculo 3S – Contabilidade da Economia Social – a quem manifesta, uma vez mais, a sua confiança; agradece também a boa relação que desenvolve com o Conselho Fiscal. As Demonstrações Financeiras são comunicadas aos organismos competentes e estão disponíveis para consulta pública no sítio da instituição em www.monte-pedral.pt.

Em 2025 verificou-se um agravamento do Resultado Líquido do Exercício face a 2024. Com efeito, o resultado líquido passou de -39.258 euros em 2024 para -54.637 euros em 2025, o que representa um aumento do prejuízo de cerca de 15.379 euros. Este desempenho negativo resulta, em primeiro lugar, da redução dos rendimentos da atividade operacional,

nomeadamente das rubricas de vendas e serviços prestados e dos subsídios à exploração, causada essencialmente pela diminuição do número de utentes ao longo de 2025. Simultaneamente, verifica-se um aumento significativo dos gastos, com destaque para os gastos com o pessoal, que registam um crescimento relevante devido aos aumentos salariais praticados em 2025. É para os gastos de depreciação e amortização, os quais, embora possam refletir um aumento do investimento (como a aquisição de novas viaturas e a realização de obras de reabilitação do edifício), contribuem negativamente para os resultados no curto prazo. Embora se observe alguma evolução favorável noutras rubricas - como a redução dos fornecimentos e serviços externos e dos outros gastos, bem como o aumento dos outros rendimentos - estes efeitos positivos revelam-se insuficientes para compensar a quebra dos rendimentos principais e o aumento dos gastos estruturais. Urge, por isso, reduzir os gastos estruturais e, ao mesmo tempo, desenvolver esforços para aumentar os rendimentos principais que derivam, essencialmente, da frequência das utentes nas respostas sociais de Centro de Dia (60) e de Apoio Domiciliário (20). Conforme se dá conta acima, no ano 2025 investiram-se extraordinariamente cerca de 40.000 euros (26.000 na viatura elétrica Citroen, 2.000 euros na reparação do pavimento da copa/cozinha, 4.500 euros em reparações de viaturas, 3.500 euros em meios de prevenção e deteção de incêndios e 3.200 nas duas viaturas elétricas DACIA). Importa também referir que neste momento a Associação tem a receber cerca de 24.000 euros do Instituto de Segurança Social provenientes da aquisição da viatura elétrica PRR e da Cantina Social PEA, tem a sua situação normalizada e regularizada perante fornecedores, autoridade tributária e segurança social. Julgamos igualmente importante referir que, desde o encerramento da valência escola primária (2011) a Direção "herdou" vários processos judiciais movidos por ex-docentes em que foi condenada a pagamentos prestacionais desde 2015 até 2022 que totalizaram cerca de 50.000 euros mantendo-se ainda ativo um pagamento anual de cerca de 1.800 euros desde 2015 derivado de uma pensão de acidente de trabalho (Proc.158/12) que, desde 2015 até hoje, totaliza cerca de 20.000 euros de encargos.

Apresentamos as peças principais das demonstrações financeiras do ano 2025:

RUBRICAS	NOTAS	DADOS	
		31-dez-2025	31-dez-2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativo fixo tangível	4	263 563,35	339 774,71
Investimentos financeiros	10.1	0,00	6 473,54
		263 563,35	346 248,25
Ativo corrente			
Inventários	5	942,24	1 499,07
Créditos a receber	10.2	757,00	1 341,04
Estados e outros ativos públicos	10.3	6 755,37	13 473,94
Diferimentos	10.4	3 313,82	3 027,42
Outros ativos correntes	10.3	29 282,65	64 592,28
Caixa e depósitos bancários	10.5	17 090,37	55 833,34
		108 242,07	138 678,09
Total do ativo		473 805,42	485 126,74
FUNDO PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundo patrimonial			
Fundo	10.6	12 016,43	13 916,43
Resultados transitados	10.6	41 664,93	22 408,80
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	10.6	105 261,41	456 199,94
		160 111,91	496 507,17
Resultado líquido do período		54 837,30	-29 258,12
Total dos fundos patrimoniais		215 475,61	467 249,05
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	10.7	18 471,99	19 281,74
Estados e outros ativos públicos	10.8	9 835,26	9 778,74
Inferimentos	10.4	20,00	80,00
Outros passivos correntes	10.9	40 064,54	38 320,80
		68 391,79	67 461,28
Total do passivo		68 391,81	67 377,33
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		473 805,42	485 126,74

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODO	
		2023	2024
Vendas e serviços prestados	8	361 178,14	378 864,19
Subsídios, doações e legado e exploração	10.14	71 676,70	74 180,28
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	27 286,60	27 203,13
Fornecimentos e serviços externos	10.11	107 584,17	103 527,56
Gastos com o pessoal	8	281 483,69	240 376,98
Aumentos/reduções de custo valor	10.12	144,13	274,03
Outros rendimentos	10.13	21 675,04	13 031,04
Outros gastos	10.14	-3 433,70	-6 332,84
Resultado antes de depreciações, gastos de fracionamento e impostos		-25 513,19	-18 780,89
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	29 533,44	22 027,33
Resultado operacional (antes de gastos de fracionamento e impostos)		-5 979,74	-6 753,56
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	10.15	411,24	1 100,00
Resultados antes de impostos		-54 687,30	-39 256,13
Resultado líquido do período		-54 687,30	-39 256,13

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2023	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		197 047,36	206 642,95
Pagamentos a fornecedores		-239 463,89	-233 290,16
Pagamentos ao pessoal		-175 530,02	-166 186,67
Caixa gerada pelas operações		-217 946,55	-192 873,87
Outros recebimentos/pagamentos		186 997,60	170 442,67
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-20 950,95	-22 431,20
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-57 794,25	-55 254,18
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		9 000,00	7 250,00
Subsídios ao investimento		24 300,00	25 676,07
Juros e rendimentos similares		411,24	1 556,08
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-24 083,05	-19 628,11
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		8 297,00	14 241,99
Pagamentos respeitantes a:			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		8 297,00	14 241,99
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-88 740,97	-27 817,32
Caixa e seus equivalentes no início do período		65 833,34	83 650,66
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10.3	17 096,37	55 833,34

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODO				
		Conta de	SAC	Conta Social	2023	2024
Vendas e serviços prestados	8	361 178,14	489 871,71	3 186,98	361 178,14	378 864,19
Custos das mercadorias vendidas e dos serviços prestados		-27 286,60	-121 123,63	-34 123,83	-27 286,60	-27 203,13
Resultados líquidos		333 891,54	368 748,08	3 152,15	333 891,54	351 661,06
Outros Rendimentos	10.11	107 584,17	14 502,74	10 800,96	107 584,17	88 123,44
Gastos administrativos	8 e 10.14	-281 483,69	-46 711,75	-27 892,27	-281 483,69	-278 766,29
Outros Gastos	10.14	-3 433,70	-7 171,00	917,17	-3 433,70	-6 032,84
Resultado operacional (antes de gastos de fracionamento e impostos)		-1 522,44	-41 979,74	-14 993,24	-1 522,44	-18 638,13
Resultado antes de impostos		-1 522,44	-40 999,40	-14 922,29	-1 522,44	-18 738,13
Resultado líquido do período		-1 522,44	-40 999,40	-14 922,29	-1 522,44	-18 738,13

Resultados Líquidos dos períodos

ANO 2022	- 19.619,12
ANO 2023	- 47.135,29
ANO 2024	- 39.258,13
ANO 2025	- 54.637,30

Conclusão

Da análise dos Resultados Líquidos dos últimos quatro anos (2022 a 2025) verifica-se uma grande variação, com um agravamento em 2023 e uma ligeira recuperação em 2024 e um novo agravamento no ano seguinte. O ano económico de 2025 apresentou um resultado de |-| 54.637,30 euros e, face do exposto, propomos à Assembleia Geral que o resultado líquido do período seja transferido para os "Resultados Transitados".

Porto e Monte Pedral, 19 de março de 2025

A Direção,

Ass. das Escolas Jesus Anjos Anjo do Monte Pedral
Jesus Anjos Anjo do Monte Pedral
Associação das Escolas Jesus Anjos Anjo do Monte Pedral
Associação das Escolas Jesus Anjos Anjo do Monte Pedral
Miguel Rodrigues Pereira

Mensagem do Conselho Fiscal

Nos termos do disposto na alínea c) do artigo 47º dos Estatutos da Associação das Escolas de Jesus, Maria, José do Monte Pedral, o Conselho Fiscal emite o seu parecer sobre o Relatório e Contas relativos ao exercício findo em 31/12/2025. O Conselho Fiscal é presidido pelo Sr. Francisco Fernando Ferreira Guimarães e pelos seus dois vogais, senhores David Luís Oliveira Lemos e António da Silva Ferreira, no uso dos seus poderes e competências.

Análise do Conselho Fiscal

- Da análise do Balanço e da Demonstração de Resultados por Naturezas constatou-se que o resultado líquido teve um decréscimo significativo, relativamente ao ano anterior, no montante de cerca de **15.379€**, que resulta, de forma resumida, das seguintes efeitos menos favoráveis:
 - **No Balanço**
Sobre as **DISPONIBILIDADES** (Caixa e Depósitos Bancários) que tem um decréscimo significativo em relação ao ano anterior, no montante de cerca de **38.742€**, que se deve em grande parte às verbas com as obras de reabilitação do edifício e a aquisição de duas novas viaturas.
 - **Na Demonstração de Resultados**
Aumento com os "Gastos com o Pessoal" em cerca de **11.106€** e com os "Gastos de depreciação e de amortização" em cerca de **7.508€** e também na Redução dos rendimentos com as "Prestação de serviços" em cerca de **9.685€ euros**; Em contrapartida tivemos um aumento favorável na verba com "Outros rendimentos" em cerca de **8.654€**.Coíheram-se os esclarecimentos necessários sobre diversas rúbricas da Demonstração de Resultados e do Balanço, os quais, foram prontamente esclarecidos pelo Presidente da Direção e pelo Gabinete de Contabilidade – Calculo 3S.
- O Conselho Fiscal considera que o Relatório de Gestão retrata, de uma forma muito clara e detalhada, a atividade desenvolvida ao longo dos meses do exercício 2025 e explica, de uma forma clara e explícita, o decréscimo dos resultados referido no ponto anterior.
- Apraz registar a boa relação que é mantida com a Direção e o Gabinete de Contabilidade – Calculo 3S – tendo sido sempre prestados os esclarecimentos pedidos e facultado, sempre de uma forma atempada, os documentos que foram solicitados.

Conclusão do Conselho Fiscal

Nestes termos, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral aprove:

- o Relatório e Contas relativos ao exercício de 2025;

- um voto de confiança e de louvar aos membros da Direção, bem como a todos os seus colaboradores (profissionais e voluntários), pela forma desinteressada, competente e empenhada com que exerceram as funções, em especial, no apoio às pessoas idosas e famílias mais carenciadas, tornando assim possível dar continuidade aos objetivos nobres desta Associação.

A Direção solicitou ao Conselho Fiscal o seu parecer sobre a proposta de renovação do contrato para o cargo da Direção Executiva de 2026 a 2029, nos termos estatutários e condições registadas em Ata da Direção. Tendo em linha de conta o benefício registado em anteriores mandatos com o acompanhamento e gestão diária das respostas sociais e da instituição, o Conselho Fiscal é de opinião que a Assembleia Geral aprove essa proposta de renovação/contratação.

Porto e Monte Pedral, 30 de março de 2026

O Conselho Fiscal,



Francisco Fernando Ferreira Guimarães
Presidente do Conselho Fiscal



David Luís Oliveira Lemos
Primeiro Vogal do Conselho Fiscal



António da Silva Ferreira
Segundo Vogal do Conselho Fiscal

INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL
PORTO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL

ANO DE
2025

DENOMINAÇÃO ASSOCIAÇÃO DAS ESCOLAS JESUS MARIA JOSÉ

MORADA Rua Padre José Pacheco Monte

N. 259 ANDAR LOCALIDADE Porto

FREGUESIA Cedofeita

CONCELHO Porto

COD. POSTAL 4250-256

EM 13/03/2016

(Assinado:  Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

LOCAL: Porto

DATA: Porto

19 de Maio 2016

Porto

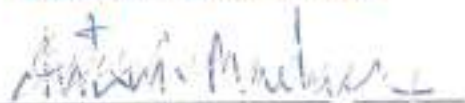
21 de Maio de 2016

ASSINATURAS:



Associação das Escolas Jesus Maria José
Rua Padre José Pacheco Monte
Freguesia Cedofeita, Concelho Porto
4250-256

ASSINATURA DO PRESIDENTE



ASSOCIAÇÃO ESCOLAS JESUS MARIA JOSE
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte : 501327479
Moeda : (Valores em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-2025	31-dez-2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	365 563,35	339 774,71
Investimentos financeiros	10.1	0,00	6 473,94
		365 563,35	346 248,65
Ativo corrente			
Inventários	5	942,26	1 449,07
Créditos a receber	10.2	757,60	1 341,04
Estado e outros entes públicos	10.8	6 755,37	13 473,94
Diferimentos	10.4	3 313,82	2 227,42
Outros ativos correntes	10.3	79 382,65	64 553,28
Caixa e depósitos bancários	10.5	17 090,37	55 833,34
		108 242,07	138 878,09
Total do ativo		473 805,42	485 126,74
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	10.6	13 016,43	13 016,43
Resultados transitados	10.6	-61 666,93	-22 408,80
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	10.6	508 761,41	466 199,94
		460 110,91	456 807,57
Resultado líquido do período		-54 637,30	-39 258,13
Total dos fundos patrimoniais		405 473,61	417 549,44
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	10.7	18 411,99	19 381,76
Estado e outros entes públicos	10.8	9 835,28	9 779,74
Diferimentos	10.4	20,00	90,00
Outros passivos correntes	10.9	40 064,54	38 325,80
		68 331,81	67 577,30
Total do passivo		68 331,81	67 577,30
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		473 805,42	485 126,74

A Direção


 D. Jesus Maria Pereira Gomes
 Presidente do Conselho de Administração
 Associação de Jesus Maria Pelande Santo

O Contabilista Certificado



ASSOCIAÇÃO ESCOLAS JESUS MARIA JOSE
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte : 501327479

Moeda : euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 025	2 024
Vendas e serviços prestados	6	361 179,14	370 864,19
Subsídios, doações e legados à exploração	10.10	71 676,73	74 280,28
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5	-27 706,60	-27 283,13
Fornecimentos e serviços externos	10.11	-197 564,17	-203 527,56
Gastos com o pessoal	6	-251 483,69	-240 376,98
Aumentos/reduções de justo valor	10.12	144,13	274,22
Outros rendimentos	10.13	21 675,06	13 021,04
Outros gastos	10.14	-3 433,70	-6 032,86
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-25 513,10	-18 780,80
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-29 535,44	-22 027,33
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-55 048,54	-40 808,13
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	10.15	411,24	1 550,00
Resultados antes de impostos		-54 637,30	-39 258,13
Resultado líquido do período		-54 637,30	-39 258,13

A Direção

O Contabilista Certificado

[Handwritten signature]
 A Direção
 Associação das Escolas Jesus Maria José
 Rua de São João, 15 - 1.º andar
 4400-101 Vila Verde - Portugal

[Handwritten signature]
 O Contabilista Certificado

M

ASSOCIAÇÃO ESCOLAS JESUS MARIA JOSE
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		197 047,36	206 642,96
Pagamentos a fornecedores		-239 463,89	-233 330,16
Pagamentos ao pessoal		-175 538,02	-166 186,67
Caixa gerada pelas operações		-217 954,55	-192 873,87
Outros recebimentos/pagamentos		196 997,60	170 442,67
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-20 956,95	-22 431,20
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-57 794,26	-55 254,18
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		9 000,00	7 200,00
Subsídios ao investimento		24 300,00	26 876,07
Juros e rendimentos similares		411,24	1 550,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-24 083,02	-19 628,11
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		6 297,00	14 241,99
Pagamentos respeitantes a:			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		6 297,00	14 241,99
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-38 742,97	-27 817,32
Caixa e seus equivalentes no início do período		55 833,34	83 650,66
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10.5	17 090,37	55 833,34

A Direcção

[Handwritten signature]
 A Direcção
 Associação Escolas Jesus Maria Jose
 Rua ...
 ...

O Contabilista Certificado

[Handwritten signature]
 O Contabilista Certificado
 ...

ASSOCIAÇÃO ESCOLAS JESUS MARIA JOSE
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte: S01327479

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Centro Dia	SAD	Carmens Social	PERÍODOS	
					2025	2024
Vendas e serviços prestados	6	247 517,45	109 877,71	3 783,98	361 179,14	370 864,19
Custo das vendas e dos serviços prestados		-210 371,93	-121 128,62	-34 122,82	-365 623,37	-357 458,76
Resultado Bruto		37 145,52	-11 250,91	-30 338,84	-4 444,23	13 405,43
Outros Rendimentos	10,13	18 995,41	16 106,79	58 805,96	93 907,16	89 125,54
Gastos administrativos	4 / 10,11	-56 093,07	-46 711,25	-37 862,21	-140 666,53	-135 756,24
Outros Gastos	10,14	-1 373,50	-1 133,09	-927,11	-3 433,70	-6 032,86
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-1 325,64	-42 989,46	-10 322,20	-54 637,30	-39 258,13
Resultado antes de impostos		-1 325,64	-42 989,46	-10 322,20	-54 637,30	-39 258,13
Resultado líquido do período		-1 325,64	-42 989,46	-10 322,20	-54 637,30	-39 258,13

O Contabilista Certificado



A Direção



Associação das Escolas Jesus Maria José
 Rua da ... Lisboa - Zona ...

Handwritten initials or signature in the top right corner.

**ASSOCIAÇÃO DAS ESCOLAS
JESUS, MARIA, JOSÉ
DO MONTE PEDRAL**

**Anexo às Demonstrações Financeiras
2025**

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4	Ativos Fixos Tangíveis	9
5	Inventários	10
6	Rédito	10
7	Subsídios do Governo e apoios do Governo	10
8	Benefícios dos empregados	11
9	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	11
10	Outras informações	12
10.1	Investimentos Financeiros	12
10.2	Créditos a receber	12
10.3	Outros ativos correntes	12
10.4	Diferimentos	12
10.5	Caixa e Depósitos Bancários	13
10.6	Fundos Patrimoniais	13
10.7	Fornecedores	13
10.8	Estado e Outros Entes Públicos	13
10.9	Outros passivos correntes	13
10.10	Subsídios, doações e legados à exploração	14
10.11	Fornecimentos e serviços externos	14
10.12	Aumentos /reduções justo valor	14
10.13	Outros rendimentos	14
10.14	Outros gastos	14
10.15	Resultados Financeiros	15
10.16	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	15
10.17	Acontecimentos após data de Balanço	15

1 Identificação da Entidade

A "ASSOCIAÇÃO ESCOLAS JESUS MARIA JOSÉ" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "Instituição Particular de Solidariedade Social", registada em 05/01/2005 no livro n.º 10 das Associações de Solidariedade Social, sob o n.º 58/05 a folhas 174, com a sua sede em Rua Padre José Pacheco do Monte, n.º 259 - Porto.

Tem os seguintes objetivos:

- Apoio à família na educação e promoção social das crianças e jovens de ambos os sexos, dedicando-se especialmente às mais carenciadas de apoio familiar, económico e moral;
- Ministar o ensino escolar, moral e religioso integrado em atividades complementares de formação física, familiar e social, conforme as conveniências;
- Promover o apoio à integração social e ao desenvolvimento comunitário;
- Promover o apoio à terceira idade e invalidez;

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.2 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas Demonstrações Financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação

constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas Demonstrações Financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas Demonstrações Financeiras se respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período em cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	0
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento administrativo	6
Equipamento informático	5

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.4 Investimentos financeiros

O DL 115/2023, de 15 de dezembro alterou os regimes jurídicos dos Fundos de Compensação do Trabalho definidos na Lei 70/2013 de 30 de agosto.

A natureza e finalidade do FCT são profundamente alteradas, destacando-se a cessação definitiva das obrigações de registo dos empregadores e dos contratos de trabalho e da obrigação de efetuar entregas. As contas de registo individualizado por trabalhador são fundidas numa única conta global do empregador e as dívidas ao FCT são extintas.

3.2.5 Inventários

Os inventários estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;



- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

3.2.9 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2025 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2024	Adições	Abate	Transferências	31-12-2025
Terrenos e recursos naturais	14.990,89	0,00	0,00	0,00	14.990,89
Edifícios e outras construções	380.763,80	0,00	0,00	15.944,99	396.708,79
Equipamento Básico	65.949,99	1.499,99	0,00	0,00	67.449,98
Equipamento Transporte	65.200,00	53.074,49	-12.700,00	0,00	105.574,49
Equipamento Administrativo	28.400,71	0,00	0,00	0,00	28.400,71
Equipamento Informático	8.591,87	0,00	0,00	0,00	8.591,87
Obras em curso	12.867,08	3.077,91	0,00	-15.944,99	0,00
Ativo Tangível Bruto	576.764,34	57.652,39	-12.700,00	0,00	621.716,73
Depreciações Acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	-99.170,54	-13.354,07	0,00	0,00	-112.524,61
Equipamento Básico	-50.612,08	-4.826,27	0,00	0,00	-55.438,35
Equipamento Transporte	-52.413,36	-10.401,24	10.371,69	0,00	-52.442,91
Equipamento Administrativo	-27.381,57	-213,87	0,00	0,00	-27.595,44
Equipamento Informático	-7.412,08	-739,99	0,00	0,00	-8.152,07
Depreciações Acumuladas	-236.989,63	-29.535,44	10.371,69	0,00	-256.153,38
Ativo Tangível Líquido	339.774,71	28.116,95	-2.328,31	0,00	365.563,35



5 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2024			2025			Inventário final
	Inventário Inicial	Compras	Regularizações	Inventário final	Compras	Regularizações	
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	384,65	27.327,83	0,00	429,35	28.988,46	0,00	432,40
Livros – Ajudar Faz Bem – 120 anos	3.059,17	0,00	0,00	1.019,72	0,00	0,00	509,86
Total	3.443,82	27.327,83	0,00	1.449,07	28.988,46	0,00	942,26
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				27.283,13			27.706,60
Oferta de livros*				2.039,45			509,86

6 Rédito

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2025	2024
Vendas	0,00	0,00
Livros – Ajudar Faz Bem 120 anos	0,00	0,00
Prestação de Serviços	361.179,14	370.864,19
Quotas de utilizadores	194.130,72	204.895,75
Quotas e joias	1.635,00	1.425,00
ISS, IP – Acordos de cooperação	165.413,42	164.543,44
Rendimentos em inv. não financeiros	7.200,00	7.200,00
Juros de Depósitos a Prazo	411,24	1.550,00
Total	368.790,38	379.614,19

7 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo"

Descrição	Natureza	2025			2024		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados
ISS, IP	Não reembolsável	25.639,92	0,00	225.733,33	0,00	0,00	221.678,44
J.F Paranhos	Não reembolsável	64.688,21	0,00	8.878,45	47.766,66	0,00	2.207,89
TOTAL		90.328,13	0,00	234.611,78	47.766,66	0,00	223.886,33

8 Benefícios dos empregados

O número de membros dos Órgãos Diretivos, nos períodos de 2025 e 2024 foram de "11". Durante o período de 2023 foram eleitos os Órgãos Diretivos para o quadriénio 2022/2025, que têm a seguinte composição:

Assembleia Geral

Presidente – António José da Silva Machado;

1º Secretário – José Luís de Assunção Plácido;

2º Secretário – Luís Filipe Vasconcelos Moreira.

Direção

Presidente – Paulo D'Almeida Santos;

Vice-Presidente – António Álvaro Leite de Melo;

Secretário – Pedro Miguel Rodrigues Bravo;

Tesoureiro – Andreia Maria Pereira Gomes;

Vogal – Rui Manuel Pereira Rebelo.

Conselho Fiscal

Presidente – António Agostinho Machado Ferreira da Silva;

1º Vogal – Francisco Fernando Ferreira Guimarães;

2º Vogal – Joaquim Alves dos Santos.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2023 e 2024 de "17".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações ao pessoal	200.412,26	190.784,31
Indemnizações	1.901,81	1.680,00
Encargos sobre as Remunerações	44.829,13	42.544,85
Seguros de Acidentes no Trabalho	2.886,06	2.345,68
Outros Gastos com o Pessoal	1.454,43	3.022,14
Total	251.483,69	240.376,98

9 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Nos termos do artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

10 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

10.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2025	2024
Fundo Compensação do Trabalho	0,00	6.473,94
Total	0,00	6.473,94

10.2 Créditos a receber

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Cientes e Utentes c/c		
Utentes	757,60	1.341,04
Total	757,60	1.341,04

10.3 Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tem a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024
Adiantamentos a fornecedores de investimentos	11.500,00	11.500,00
Adiantamentos a fornecedores	141,46	0,00
Entidades do setor público administrativo	14.648,36	6.074,42
Acréscimo de rendimentos	5.187,60	6.126,50
Investimentos financeiros - Fundo Compensação do Trabalho	6.618,07	0,00
Adiantamentos ao pessoal	434,80	0,00
Outros Devedores	40.852,36	40.852,36
Total	79.382,65	64.553,28

10.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Gastos a Reconhecer		
Seguros	3.133,80	1.908,28
Outras despesas com custo diferido	180,02	319,14
Total	3.313,82	2.227,42
Rendimentos a Reconhecer		
ISS, IP - Dotação	0,00	0,00
Outros rendimentos a reconhecer - Quotas	20,00	90,00
Total	20,00	90,00

10.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Caixa	96,53	382,29
Depósitos à ordem	9.494,84	10.451,05
Depósitos a prazo	7.500,00	45.000,00
Total	17.090,37	55.833,34

10.6 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Regularizações	Saldo Final
Fundos	13.016,43	0,00	0,00	0,00	13.016,43
Resultados transitados	-22.408,80	0,00	-39.258,13	0,00	-61.666,93
Doações	418.433,28	0,00	0,00	0,00	418.433,28
Subsídios ao investimento	47.766,66	50.374,49	-7.813,02	0,00	90.328,13
Total	456.807,57	50.374,49	-47.071,15	0,00	460.110,91

10.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	18.411,99	19.381,76
Total	18.411,99	19.381,76

10.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	6.755,37	13.473,94
Total	6.755,37	13.473,94
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	632,33	1.213,50
Segurança Social	9.202,95	8.566,24
Total	9.835,28	9.779,74

10.9 Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobram-se da seguinte forma:

Descrição	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores de investimentos	0,00	1.109,64	0,00	390,50
Credores por acréscimo de gastos	0,00	38.924,90	0,00	37.904,56
Outros credores	0,00	30,00	0,00	30,00
Remunerações a liquidar	0,00	0,00	0,00	0,74
Total	0,00	40.064,54	0,00	38.325,80

10.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2025	2024
Subsídios das Entidades Públicas	61.385,34	58.679,93
Doações e heranças - Donativos	10.291,39	15.600,35
Total	71.676,73	74.280,28

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

10.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição de "Fornecimentos e serviços externos" foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Subcontratos	86.433,08	89.798,65
Serviços especializados	30.696,28	32.347,86
Material	20.711,02	23.984,85
Energia e fluidos	27.531,20	28.845,31
Deslocações, estadas e transportes	4.293,77	4.296,49
Serviços diversos	23.941,26	18.359,59
Encargos com utentes	3.957,56	6.894,81
Total	197.564,17	203.527,56

10.12 Aumentos /reduções justo valor

A Entidade reconheceu em 2025 e 2024, aumentos e reduções de "justo valor" nas seguintes rubricas:

Descrição	2025	2024
Aumentos de Justo Valor	144,13	274,22
Em investimentos financeiros (FCT)	144,13	274,22
Total	144,13	274,22

10.13 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Rendimentos Suplementares	6.253,95	4.811,48
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,18	20,84
Rendimentos em investimentos não financeiros	7.242,91	7.200,00
Correções relativas a períodos anteriores	365,00	325,76
Imputação de subsídios ao investimento	7.813,02	662,96
Total	21.675,06	13.021,04

10.14 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos	381,72	432,47
Ofertas e amostras de inventários	509,86	2.039,45
Gastos em Inv. não financeiros	1.260,97	720,60
Outros Gastos	1.281,15	2.840,34
Total	3.433,70	6.032,86

AM

10.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
Juros e rendimentos similares		
Juros obtidos	411,24	1.550,00
Total	411,24	1.550,00
Resultados Financeiros	411,24	1.550,00

10.16 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano 2025, foi o seguinte:

Centro de Dia – 57 utentes;

Serviço Apoio Domiciliário – 16 utentes;

Cantina Social – 44 utentes.

10.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 31 de dezembro de 2025

O Contabilista Certificado

A Direção

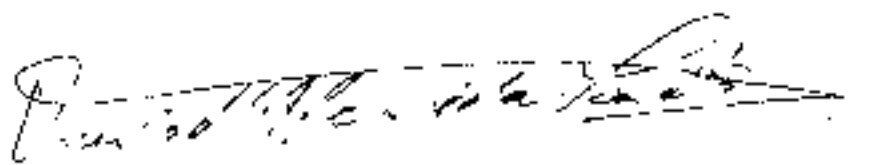
Ass. de Respostas Sociais e Apoio
 Rua Padre José Pacheco do Monte, 259 - Porto
 NIF 501 327 479

Declaração de responsabilidade

No âmbito do processo de Prestação de Contas da Gerência do período de 01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025 declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas da ASSOCIAÇÃO DAS ESCOLAS „ESUS, MARIA, JOSÉ, NIPC 501327479 com sede na RUA PADRE JOSÉ PADRICO DO MONTE 260, 4250-253 PORTO ao órgão competente para a verificação da sua legalidade que:

1. De acordo com o estabelecido pelo n.º 2 do Artigo 14.º A do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, 14 novembro, as contas relativas ao exercício de 2025 foram publicitadas no site institucional eletrónico desta Instituição: <http://www.escolas-esus.pt/contas-2025> em 01-04-2026.
2. De acordo com o estabelecido pelo Artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, 14 novembro sempre que sejam realizadas obras de montante superior a 25.000,00€ a entidade está obrigada adotar o Código dos Contratos Públicos, pelo que no exercício de 2024 a entidade não realizou obras superiores a 25.000,00 €, pelo que não se aplica o Art.º 23.º.

A Direção:


António José de Jesus
Presidente da Associação das Escolas „Esus, Maria, José
Anabela R. Mendes
Vice-Presidente